



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

INDICAÇÃO Nº 1203/25 LF, DE 03 DE JUNHO DE 2025

Autoria: Ver. Dr. Luiz Fernando Lêdo
Ao Senhor
Filipe Vilarins Lacerda
Presidente da Câmara Municipal de Formosa

Senhor Presidente, apresento nos termos regimentais, a presente Indicação, a ser encaminhada à Sra. Simone Dias Ribeiro de Melo, Prefeita Municipal, **juntamente com a Secretaria competente, sugerindo que sejam adotadas as medidas cabíveis, no sentido de realizar a criação de uma nova unidade de acolhimento “Mãe Social”, voltada exclusivamente para meninos de 0 a 11 anos de idade, de modo a assegurar que crianças menores de 11 anos não compartilhem a mesma residência com adolescentes mais velhos (12 a 18 anos incompletos).**

Câmara Municipal de Formosa, 20 de maio de 2025.

Γ

Vereador

JUSTIFICATIVA

A presente indicação visa proteger e garantir os direitos fundamentais das crianças e adolescentes acolhidos nas unidades institucionais do Município, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/90), que dispõe, em seu artigo 92, que as entidades de acolhimento devem assegurar ambiente seguro, protetivo e adequado ao desenvolvimento integral de seus acolhidos.

Recentemente, veio a público um episódio gravíssimo envolvendo a violação de direitos dentro de uma das casas de acolhimento institucional do Município. O ocorrido evidencia uma falha estrutural no modelo atual de organização etária e perfil dos acolhidos, uma vez que crianças de tenra idade (como meninos de 9 anos) estavam dividindo o mesmo espaço residencial com adolescentes de até 17 anos, sem a devida estrutura de proteção e supervisão intensiva.



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

INDICAÇÃO Nº 1203/25 LF, DE 03 DE JUNHO DE 2025

Essa convivência, além de inadequada do ponto de vista do desenvolvimento emocional e psicológico, potencializa situações de violência física, sexual ou psicológica, comprometendo irremediavelmente o papel protetivo da rede pública de acolhimento.

A separação por faixas etárias mais criteriosa e segura — especialmente destacando os critérios de maturidade, histórico comportamental e grau de vulnerabilidade — é não apenas recomendada pelas melhores práticas da assistência social, como também necessária para evitar a revitimização daqueles que já chegam à rede de acolhimento em situação de extrema fragilidade.

Por isso, propõe-se, de maneira urgente, a criação de uma nova unidade de acolhimento voltada exclusivamente para crianças de 9 a 11 anos de idade, garantindo que esse grupo não compartilhe a residência com adolescentes mais velhos, salvo sob presença contínua de profissionais qualificados e capacitados.

Essa medida reforça o compromisso do Município com a proteção da infância e adolescência, evita novas tragédias, e corrige uma falha estrutural que precisa de ação imediata por parte do Executivo Municipal.